



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PRESIDÊNCIA

ATO N. 392/TST.GP, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

Institui o Comitê de Governança Institucional no âmbito do TST e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a necessidade de fomentar e promover o desenvolvimento da Governança do Tribunal Superior do Trabalho e implementar aspectos práticos para sua boa realização,

considerando que o estabelecimento de um fórum coletivo representativo para tratar de mecanismos de liderança, estratégia e controle fortalece a avaliação, o direcionamento e o monitoramento da atuação da gestão, bem como a condução de políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade,

considerando o disposto no [Ato TST.GP nº 387, de 16 de outubro de 2020](#), que estabelece o Sistema de Governança Institucional;

considerando o Projeto Estratégico de Implantação do Sistema de Governança do TST,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir o Comitê de Governança Institucional - CGI, no âmbito do TST, de posição estratégica, responsável pela representação da Alta Administração do TST na execução das funções de Governança, com as seguintes atuações:

- I - consultiva, em relação à Alta Administração; e
- II - deliberativa e executiva, em relação às demais instâncias de Governança, dispostas no artigo 2º.

Art. 2º São atribuições do CGI:

I - representar e executar as atribuições da Alta Administração com relação às funções da Governança, reforçando o direcionamento do Tribunal, monitorando e avaliando as ações da gestão;

II - assessorar a Alta Administração nas funções de direcionamento, monitoramento e avaliação, quando exercidas diretamente por esta;

III - assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes da Governança do TST;

IV - cumprir e garantir a execução das normas, estrutura, processos e práticas para realização da boa Governança;

V - formular propostas de aperfeiçoamento do Sistema de Governança do TST;

VI - deliberar sobre questões de dimensão e de impacto institucionais relativas às funções e mecanismos da Governança;

VII - reforçar o direcionamento institucional, orientando aos colaboradores que o persigam alinhado à estratégia do TST e à política de gestão, para alcance dos resultados e da entrega de valor à sociedade.

VIII - direcionar, monitorar e avaliar as ações da gestão diretamente na temática judiciária, por ser o tema relacionado à atividade finalística do Tribunal, podendo selecionar, para o exercício direto das funções de Governança, outras áreas temáticas específicas, de acordo com a relevância e dimensão do tema para o Tribunal;

IX - monitorar e avaliar as ações da gestão, dos comitês e comissões quanto ao direcionamento institucional, subsidiado diretamente pelas unidades gestoras e/ou pelos comitês de Governança temáticos;

X - revisar, periodicamente, as práticas de Governança do Tribunal, divulgando o progresso das ações e de seus resultados;

XI - monitorar os riscos institucionais envolvidos com as ações da gestão, para acompanhar e dar suporte às áreas gestoras, comitês e comissões, sobre as medidas de mitigação, aceitação, eliminação ou transferência dos riscos geridos;

XII - manter o relacionamento e fluxo de informações com os integrantes das instâncias internas e externas, bem como as de apoio à Governança.

XIII - avaliar e estimular as ações de transparência e prestação de contas das áreas temáticas de Governança e da gestão; e

XIV - manter atualizadas as informações do direcionamento e monitoramento das ações consolidados, após avaliação, na intranet e no portal da internet do TST.

Art. 3º O Comitê de Governança Institucional – CGI tem a seguinte composição:

I - Presidente do Tribunal;

II - Dois Ministros mais antigos que ainda não tenham exercido a Presidência do Tribunal;

III - Secretário-Geral da Presidência;

IV - Diretor-Geral da Secretaria;

V - Secretário-Geral Judiciário;

VI - Um representante da Vice-Presidência;

VII - Um representante da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

VIII - Coordenador do Comitê de Governança temático (ou servidor indicado para representar o Comitê);

IX - Assessor-Chefe de Gestão Estratégica; e

X - Ouvidor Auxiliar;

§ 1º O CGI será coordenado pelo Presidente do Tribunal e, na sua ausência, pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho participante do comitê, indicado pelo Presidente.

§ 2º A Assessoria de Gestão Estratégica prestará apoio técnico ao CGI e secretariará as reuniões.

§ 3º O CGI poderá reunir-se em quórum mínimo de 5 membros, presentes, necessariamente, o Presidente do Tribunal ou Ministro indicado por ele, que o coordenará, o Secretário-Geral da Presidência, o Diretor-Geral da Secretaria e o Secretário-Geral Judiciário.

§ 4º O Secretário de Auditoria participará das reuniões na condição de consultor.

Art. 4º O Comitê de Governança Institucional se reunirá por convocação de seu Coordenador.

Parágrafo único. O comitê se reunirá ao menos uma vez a cada semestre.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Este texto não substitui o original publicado no Boletim Interno do Tribunal Superior do Trabalho.